

# **UCLA**

## **Mester**

### **Title**

Mulheres e caça às bruxas

### **Permalink**

<https://escholarship.org/uc/item/5rn661ds>

### **Journal**

Mester, 49(1)

### **Author**

Porto, Ludmila

### **Publication Date**

2020

### **DOI**

10.5070/M3491048407

### **Copyright Information**

Copyright 2020 by the author(s). All rights reserved unless otherwise indicated. Contact the author(s) for any necessary permissions. Learn more at <https://escholarship.org/terms>

Peer reviewed

FEDERICI, SILVIA. *Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos Dias Atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019, 158 pp.

A primeira tradução para o português da obra *Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos Dias Atuais*, de Silvia Federici, chegou ao Brasil pela Editora Boitempo em 2019.

A obra conta com um excelente prefácio da escritora, jornalista e pesquisadora Bianca Santana, que em tom pessoal narra a sua história de leitura do texto original (em inglês) de *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*<sup>1</sup>, em 2013, realizada coletivamente na ONG feminista Casa de Lua, da qual era participante. Santana menciona importantes referências da literatura feminista, como bell hooks<sup>2</sup>, um dos maiores nomes entre as feministas negras americanas contemporâneas, as quais se dedicam a pensar o gênero em sua relação interseccional com a raça e a classe. Nessa linha, não menos importante é a contextualização que a prefaciadora faz a respeito do aumento da violência contra as mulheres no Brasil e a associação do feminicídio à raça e à classe das mulheres: entre 2003 e 2013, os assassinatos contra as negras cresceu 54%, enquanto os assassinatos relacionados às brancas caíram 9,8%, sendo a Lei Maria da Penha pouco efetiva na proteção das mulheres negras. É nesse sentido que ser mulher, no Brasil, é lutar contra a violência em diversas frentes, seja ela praticada pelo crime organizado, pelas milícias ou pelo próprio Estado.

Santana ressalta ainda que, paralelamente aos altíssimos índices de violência contra mulheres no Brasil, cresce a resistência ao sexismo, ao racismo e à desigualdade operada pelo capitalismo. Os estudos e as lutas feministas servem, portanto, como uma arma intelectual e política de combate às desigualdades que operam sobre os corpos (e as vidas!) das mulheres. Mas, qual seria a contribuição de *Mulheres e Caça às Bruxas* para o debate feminista brasileiro contemporâneo, se não existe o fenômeno de caça às bruxas no Brasil?

A escritora, professora e militante feminista Silvia Federici apresenta, na introdução de seu livro, a missão de levar a um público mais amplo a discussão sobre a caça às bruxas na atualidade, através da tese central de que os cercamentos contemporâneos se dão através da privatização das terras e da privatização dos corpos. Para defender esse argumento, Federici divide o seu livro em duas partes, de forma que a primeira seja uma exposição mais histórica, composta por cinco

ensaios que tratam da caça às bruxas na Idade Média, e a segunda parte se dedique à discussão sobre o tema na atualidade, considerando que “a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas” (90).

A síntese que Federici realiza da discussão desenvolvida em *Calibã e a Bruxa* parte da retomada da transição do feudalismo para o capitalismo, nos séculos XVI e XVII, a partir de um ponto de vista materialista e histórico, para defender a caça às bruxas enquanto um fenômeno representativo daquilo que Marx definiu como acumulação primitiva:

Pois destruiu um conjunto de sujeitos e práticas femininas que atravancava o caminho das principais condições para o desenvolvimento do sistema capitalista: acumulação de uma numerosa mão de obra e imposição de uma disciplina de trabalho mais coercitiva (Federici, “Calibã” 91).

Diferentemente de Marx, que não se dedicou a pensar a mulher no capitalismo<sup>3</sup>, Federici sustenta que um olhar feminista sobre o desenvolvimento do capitalismo permite entrever a mulher como uma classe<sup>4</sup>, tendo em vista que seu corpo é peça chave no trabalho doméstico não remunerado, exercido como obrigação pelas mulheres e fundamental para sustentar a engrenagem exploradora dos homens e mulheres da classe trabalhadora em prol da produção da riqueza a que essa mesma classe jamais terá acesso. A mulher trabalhadora constituiria, então, uma classe paralela à classe trabalhadora, tendo em vista que sofre a exploração tanto do patrão na esfera pública quanto do companheiro<sup>5</sup> na esfera privada. Assim, a mulher trabalhadora é multiplamente explorada: como força de trabalho fora de casa, como esposa que deve servir ao companheiro para fins de reprodução e, portanto, cujo corpo não lhe pertence, senão enquanto objeto do desejo masculino; como mãe, que deve se dedicar à gestação e cuidado dos seus filhos, que devem servir de mão-de-obra futura para a prosperidade do capitalismo.

Dessa maneira, a desigualdade de gênero atravessa mais de cinco séculos de exploração de mulheres por homens, daí a importância da leitura de outro livro da autora, a coletânea de ensaios *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*<sup>6</sup>, que

projeta um olhar sobre a casa como o ponto de eclosão da revolução, uma vez que representa o lugar onde as mulheres lidam tanto com o (invisível e invisibilizado) trabalho doméstico quanto com o trabalho sexual, que alimenta o papel reprodutivo da mulher no patriarcado. O diálogo de *Mulheres e caça às bruxas* com *O ponto zero da revolução* se dá, sobretudo, quando Federici escreve sobre a globalização e a reprodução social, na segunda parte desta última obra.

Em *Mulheres e caça às bruxas*, no entanto, a reflexão da autora avança para a questão dos novos cercamentos com base na sua experiência no continente africano, onde a caça às bruxas por homens jovens a partir da década de 1980 tem sido apontada como uma das maiores formas de violação dos direitos humanos. Contextualizando a perseguição às bruxas em países como Gana, África do Sul, Benin, Uganda e Moçambique, só para citar alguns exemplos, a autora argumenta que os novos cercamentos de terras servem aos interesses do Banco Mundial e das Nações Unidas e obrigam as mulheres idosas<sup>7</sup> que são proprietárias de terras e mantenedoras da tradição do cultivo de subsistência a migrarem para os campos de bruxas<sup>8</sup>, sob pena de permanecerem em suas terras e serem torturadas e mortas até pelos membros de sua própria comunidade.

Em outros termos, o momento histórico da caça às bruxas no fim da Idade Média, segundo Federici, foi um fenômeno que permitiu estruturar uma ordem capitalista e patriarcal que perdura até a contemporaneidade, assumindo, notadamente, novas roupagens, a partir da resistência das mulheres e das necessidades de transformação do próprio mercado de trabalho. Nos países da África atual, a caça às bruxas é uma consequência da crise social ocasionada pela “reestruturação neoliberal das políticas econômicas” (115), sendo a normalização da violência contra a mulher advinda de:

Um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades (94).

Processo semelhante pode ser visto em vários países da América Latina. Neste ponto, Federici dialoga com a feminista argentina Rita Segato, para quem a violência atual contra as mulheres

latino-americanas assume os requintes de uma “crueldade pedagógica”, ou seja, trata-se de uma violência usada com o intuito de aterrorizar as mulheres que não se enquadram nos papéis impostos a elas pelo patriarcado: os atos violentos servem de exemplo para que as mulheres não ousem a desobediência. Essa violência é especialmente propagada por agências poderosas com interesse no capital e pelo próprio Estado, que garante, inclusive, a impunidade dos agressores.

A violência de gênero pode se revelar simbolicamente na vida privada, quando se naturalizam os afazeres domésticos enquanto obrigação das mulheres, ou na vida pública, quando mulheres recebem menores salários em relação aos homens, ocupando a mesma posição de trabalho, por exemplo. Ambas as realidades são cotidianas no Brasil, porém, desde 2015, o país vem presenciando a ascensão de uma grave violência estrutural contra as mulheres: a então presidenta Dilma Rousseff foi vítima de diversas representações misóginas (pela mídia e por grupos de extrema direita) que expunham de forma vil e grotesca a imagem do seu corpo, a sua orientação sexual e contestavam sua capacidade intelectual e de liderança. Propaganda que, sem dúvida, alcançou o seu ápice no processo de *impeachment*, em 2016, quando o então deputado Jair Bolsonaro exaltou o militar Brilhante Ustra, que torturou Dilma durante a ditadura. O linchamento de lideranças femininas foi tão eficaz que passou a ser novamente utilizado para desqualificar outras mulheres, como aconteceu com a candidata à vice-presidência, Manuela D’Ávila, durante a campanha eleitoral de 2018.

Assim, o Brasil despontaria como um laboratório onde se testam novos artifícios antidemocráticos, e a violência de gênero seria um elemento estruturante do processo de enfraquecimento das instituições brasileiras. Outro evento culminante e sintomático desse processo foi o brutal assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Marielle era uma mulher negra, feminista, lésbica e da favela, que conquistou seu espaço na política do Rio de Janeiro, incomodando demais aqueles que não admitem a habilidade que as mulheres possuem de “manter comunidades coesas” (96), como a sua luta contra a intervenção (genocida) da polícia federal na favela do Complexo da Maré e, sendo feminista, por se posicionar contra o racismo e as desigualdades de gênero, protegendo os direitos humanos. Por sua vez, as professoras e feministas, Débora Diniz e Márcia Tiburi, foram obrigadas a deixar o Brasil após as últimas eleições, por terem sofrido

diversas agressões verbais e terem sido ameaçadas de morte. Todas essas mulheres possuem uma característica comum: supostamente competem com os homens e ocupam lugares de liderança que a elas não é permitido pelo patriarcado. Impedi-las, por meio de diversas estratégias de violência, é uma forma de discipliná-las, controlá-las e, em alguns casos, uma tentativa radical de anulá-las por completo através do feminicídio. Deste modo, a caça às bruxas torna-se um “instrumento disciplinador” (126) na contemporaneidade.

Por tudo o que foi demonstrado, o pensamento de Federici é fundamental para compreender como se dão os problemas de gênero no Brasil atual. Embora não haja uma perseguição às bruxas aos moldes de alguns países africanos, a ascensão da violência contra as mulheres é um problema global, e a análise materialista e histórica parece elucidar muitas questões pertinentes para a compreensão do tema.

A autora alerta para a necessidade de as feministas analisarem as condições sociais que produzem a caça às bruxas. No contexto brasileiro, *Mulheres e caça às bruxas* cumpre muito bem o objetivo a que se propõe: é uma obra curta, de linguagem simples, mas que discute com a responsabilidade necessária um tema tão delicado para a contemporaneidade. É uma obra que deve ultrapassar as leitoras feministas e conquistar o público preocupado com a preservação dos direitos humanos, a fim de fazer valer o engajamento feminista enquanto arma política para o enfrentamento das desigualdades.

Ludmila Mota de F. Porto  
Doutora em Linguística, UFPE, Brasil  
Professora de Língua Portuguesa e Linguística, UEPB  
Pesquisadora em Pós-Doutorado, Departamento de Estudos de  
Gênero, UCLA.

## Notas

1. Obra publicada originalmente em inglês, em 2004, mas traduzida apenas em 2017 para o português, pelo Coletivo Sycorax.
2. A escolha pela grafia em minúsculas é da própria autora, por acreditar que suas ideias devem sobrepor seu pseudônimo, inspirado no nome de sua avó, Bell Blair Hooks. Seu nome é, na verdade, Gloria Jean Watkins.
3. Isto é, Marx pensou mulheres e homens como representantes de classe trabalhadora, mas não pensou especificamente as mulheres.

4. Ideia defendida por Márcia Tiburi, em curso oferecido pelo Espaço Cult (online), em maio de 2020, sobre a Filosofia Feminista.

5. Ou companheira, ou companheiro, a depender da posição de poder que o cônjuge ocupa na relação matrimonial.

6. A tradução para o português foi lançada pela Elefante também em 2019, com o título *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*.

7. São consideradas idosas nesse contexto todas as mulheres que não mais se encontram aptas à reprodução, ou cujo trabalho de cultivo da terra para subsistência é visto como impeditivo do uso comercial da terra pelas gerações mais jovens.

8. Inicialmente podendo ser entendidos como campos de concentração e que, por isso, ferem os direitos humanos, uma observação mais de perto desses campos nos leva a entendê-los como campos de refugiadas, que protegem, de certa forma, essas mulheres contra os seus perseguidores, conforme pode ser visto no documentário *Witches in exile*, de Allison Berg.

## Obras Citadas

Berg, Allison. *Witches in Exile*. *Vimeo*, uploaded by California Newsreel, 30 nov. 2018, [vimeo.com/ondemand/witchesinexile](https://vimeo.com/ondemand/witchesinexile).

Federici, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

———. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*.

Tiburi, Márcia. “Filosofia Feminista”. *Curso Online*. São Paulo: Espaço Cult, 2020.